



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECLAMAÇÃO Nº 42016 - MG (2021/0211657-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECLAMANTE** : LUIS UMBERTO GOMES DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ARMANDO PAULINO DE SOUZA JUNIOR - MG059283  
THAIS HELENA DA SILVA - MG163667  
LILIA LUZIA COELHO DOS REIS - MG160412  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE  
MINAS GERAIS  
**INTERES.** : ANTONIO COSTA NETO

### **DECISÃO**

Cuida-se de reclamação ajuizada por LUIS UMBERTO GOMES DE OLIVEIRA, com pedido de liminar, contra acórdão de TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS em que se alega divergência de entendimento com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O art. 1º da Resolução STJ/GP n. 3 de 7 de abril de 2016 dispõe que é da competência dos tribunais de justiça estaduais o processamento e julgamento das reclamações “destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes”.

Ante o exposto, considerando que a reclamação foi ajuizada após a vigência da citada resolução, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

**MINISTRO HUMBERTO MARTINS**  
Presidente